



Prefeitura Municipal de Ivaiporã

ESTADO DO PARANÁ

-11-

Projeto de Lei nº 50/72

Câmara Municipal de Ivaiporã
Lido em sessão realizada em
11/12/72
Em
PRESIDENTE

A Câmara Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Súmula: concede " Abono de Natal " aos Servidores Estatutários do Município e dá outras providências.

Art. 1º - Fica concedido a todos os Servidores Estatutários do Município de Ivaiporã, Estado do Paraná, no corrente exercício, um " Abono de Natal " e que serão pagos na ordem de 100% (cem por cento) sobre os vencimentos a serem percebidos efetivamente no mês de dezembro do corrente ano.

Art. 2º - O " Abono de Natal " que por esta Lei se concede, independe de requerimento da parte interessada e será pago no dia 15 (quinze) do mês de dezembro vincendo e em folha de pagamento especial.

Art. 3º - Para a cobertura das despesas decorrentes da execução da presente Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir, por Decreto, no corrente exercício, um crédito adicional especial no valor de Cr\$ 20.569,20 (vinte mil, quinhentos e sessenta e nove cruzeiros e vinte centavos).-

Art. 4º - Para o atendimento do crédito adicional especial mencionado na presente Lei, será cancelado parte da verba do orçamento em execução, a saber:

IV - DIVISÃO DE OBRAS E VIAÇÃO

A - Setor Rodoviário Municipal

Despesas Correntes

Despesas de Custeio

Pessoal Civil

Vencimentos e vantagens fixas

401/3.1.42 a) vencimentos.....Cr\$ 20.569,20

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em na data de sua publicação no Órgão Oficial do Município.-



Prefeitura Municipal de Ivaiporã

ESTADO DO PARANÁ

—II—

Projeto de Lei nº 50/72

- continuação -

- fls. 2 -

Paço Municipal XIX DE NOVEMBRO, XI DA INSTALAÇÃO, Gabinete do Prefeito, aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e dois.

Dr. Manoel Fernandes Silva

Prefeito Municipal

Otaviano Proença Neto

Diretor da Fazenda

JUSTIFICATIVA

O Abono de Natal que se pretende conferir aos servidores estatutários de Ivaiporã, baseia-se no princípio da igualdade entre os seres humanos. Como público e notório é, os servidores sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, percebem o 13º salário e conseguem, dessa forma, à época em que se comemora festivamente a data magna da cristandade, O NATAL, ter um encerramento de ano, mais alegre, mais festivo e mais digno do próprio ser humano. Todavia, o servidor estatutário, por imposição da Lei, vê-se distanciado e divorciado desse direito. Assim sendo, o Abono de Natal, será uma concessão a ser-lhe estendida e calçada em bases profundamente humanas. Ademais, a matéria que ora encaminhamos para sofrer a devida apreciação por essa Douta Casa de Leis, não é inédita e nem tampouco se refere a uma inovação por parte deste Município. E, para provar nossas afirmações, anexo a este documento, fazemos remessa de uma fotocópia parcial do jornal "A Folha de Londrina", pag. 3 - edição de 17/11/72, que publicou uma reportagem alusiva a instituição do "Abono de Natal" para os funcionários do Município de Londrina, dêste Estado.

Em face o exposto e por acreditarmos no alto espírito de compreensão e de fraternidade dos Nobres Pares dessa Edilidade, é que legislamos a respeito da matéria em pauta e cremos firmemente que virão aprová-la por unanimidade.

Dr. Manoel Fernandes Silva

Prefeito Municipal

Camara aprovou abono de

Natal para funcionarios

A Camara dos Vereadores de Londrina aprovou, em sua ultima reuniao, projeto de lei da autoria do prefeito Dalton Paranaagua, concedendo abono de natal aos funcionarios da Prefeitura, no valor correspondente a 90 por cento do nivel simbolico, referenciado no preverito de dezembro deste ano. O artigo primeiro da lei agora aprovada tem a seguinte redacao: "Ao pessoal do Quadro Permanente e dos Servicos Auxiliares do Quadro Suplementar, da Prefeitura Municipal de Londrina, aos integrantes do Quadro Permanente e Suplementar, e aos professores contratados, sera concedido ao corrente exercicio um abono de natal".

O mesmo abono e tambem concedido aos servidores inativos, regidos pelo Estatuto dos Funcionarios Publicos. E para o montante do abono nao serao acrescidas a Funcao Gratificada e o Adicional por tempo de servico, que os servidores fizerem jus, na forma da lei, na mesma pro-

porcao de 90 por cento. O abono sera pago no mes de dezembro, a consta dos creditos adicionais autorizados pela mesma lei.

Um dos artigos da lei estabelece que "os orgaos de administracao descentralizada a Camara Municipal poderao, com recursos proprios, conceder identico beneficio aos servidores regidos pela Consolidacao das Leis do Trabalho, e que neles se acham lotados. Acrescenta ainda a lei que "os servidores que percebam mais de um vencimento, integrantes do Quadro Proprio do Magisterio, ou aposentados, perceberao o abono de natal, calculado com base no ultimo vencimento percebido no mes de dezembro e que os servidores admitidos ou demitidos no corrente exercicio, terao o abono de natal pago proporcionalmente ao tempo de servico".

OS MOTIVOS Na exposicao de motivos que encaminhou a Camara o prefeito Dalton Paranaagua afirma que "o abono de natal e uma concessao que se faz

aos servidores do Municipio, calçada em bases profundamente humanas. Qualquer que seja o aspecto em que se analisa a vantagem, ela se impoe e se justifica plenamente, fazendo o projeto juridico, nessa augusta casa. Com efeito, o natal e a data magna da cristandade. Data que assinala a fraternidade universal, na qual os espiritos se desarmam e as atencoes convergem para um só ponto: um só ideal: ideal de paz, de amor e de temperanca.

"O Brasil, pais de tradiçoes profundamente cristas, participa de todas as atividades que marcam o transcurso da data — aduz, e acrescenta: "por esse motivo incorreria o municipio em falta grave se privasse seus servidores da participacao nas manifestacoes que nesse dia se realizam. Dal a proposta de efetuar o pagamento através da qual s

pretende efetuar o pagamento de um abono de natal".

no corrente exercicio adicionalmente um credito adicional especial a que se refere o artigo 3.º da lei 2.022, de 21 de dezembro de 1971. Trata-se de recursos para a aplicacao, na implantacao da Radio-Patruha. Na exposicao do motivos o prefeito Dalton Paranaagua explica que "a lei 2.022, de dezembro de 1971, autorizara o Executivo a celebrar convenio com a Secretaria de Seguranca Publica para fins de instalacao de um servico de Radio-Patruha em Londrina. Estabeleceu aquele diploma legal que o municipio aplicaria, no cumprimento das finalidades do convenio, até o montante do credito que este possuia junto ao governo do Estado, relativo a cota-parte da taxa rodoviaria unida do exercicio de 1970".

— "Ocorre entretanto, aduz a exposicao — que a exposicao — que a referida lei somente foi expedida em 21 de dezembro de 1971, não tendo havido tempo suficiente para o recebimento do credito perante o governo do Estado e, consequentemente, para a abertura do credito adicional especial naquela exercicio. Assim, torna-se necessaria nova autorizacao legislativa".

Foi justamente esta autorizacao que os vereadores deram, ao aprovar em terceiro turno o projeto de lei 197/72. O montante do credito autorizado atinge a Cr\$ 22.562,40 e sera empregado na implantacao da

Radio-Patruha em Londrina. **JUSTA HOMENAGEM** Foi aprovado tambem, por unanimidade dos seus membros, o projeto de 152/72 que dá a denominação de "Maestro Andre Nuzzi" à es-

NO BRASIL
AGENTES



MARCA

- Galaxie 500
- Corcel
- Corcel 2 portas
- Corcel 4 portas
- Corcel coupe
- Variant
- J. K.
- D.K.W.
- Volkswagen
- Vemaguet
- Pick-Up
- Volkswagen
- Volkswagen
- Volkswagen
- Vemaguet
- Vemaguet

Mmaracaj

5 CABELEIREIROS VÃO A SÃO PAULO

Cinco cabeleireiros de Londrina vão participar da 26.ª em São Paulo, pertencem à Seleção Paranaense de Cabeleireiros. São Luiz Tatiane,

na que participará do Campeonato



Câmara de Vereadores de Ivaiporã

ESTADO DO PARANÁ

PARECER CONJUNTO

As Comissões técnicas e permanentes desta Colenda Casa Leis, são favoráveis a aprovação do Projeto de Lei nº 50/72, pois o mesmo visa resolver uma situação que está em pendência há muito tempo; pois se é Lei superior o pagamento de um 13º salário aos trabalhadores sujeitos ao CLT, porque também nós não damos um pouco mais de conforto a aqueles que labutam pelo melhor desenvolvimento de nosso Município, qual sejam os funcionários públicos, que com a presente Lei se propõe o snr. Prefeito gratifica-los. Assim sendo é que somos favoráveis a sua aprovação.

Sala das Sessões aos 19 de Dezembro de 1.972

CÂMARA MUNICIPAL

Aprovado

Em 4/12/72

Atas n.º 45/72

Director Secretarie

CÂMARA MUNICIPAL

Aprovado

Em 5/12/72

Atas n.º 46/72

Director Secretarie